

saúde

Motins políticos

Bolsonaro segue o descompasso ético, estético e criminoso de Trump

Luís Francisco Carvalho Filho

Advogado criminal, presidiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004)

A falta de policiamento no Capitólio, construído com trabalho escravo, é indício de motim político.

Se fosse manifestação Black Lives Matter, o prédio estaria protegido pela Guarda Nacional.

Os brancos amotinados de Donald Trump transitavam com bandeiras confederadas e grande quantidade de simbologia tóxica —nazismo, racismo, separatismo. Entraram no Capitólio pelas portas da frente e pelas janelas, ocupando o lugar e

zombando da democracia.

Não há justificativa moral para a insurreição de 6 de janeiro. Sem sinal de fraude na vitória de Joe Biden, o Senado e a Câmara dos Representantes se preparavam para a singela formalidade (importante no tempo das diligências, quando as notícias eram entregues em mãos) de homologar a escolha do presidente.

Quando propaga notícias falsas, quando incita seus apoiadores a marcharem contra o Legislativo, quando se omite diante da movimentação

agressiva daquela gentinha, Donald Trump está informado da fragilidade policial do Capitólio. A Casa Branca sabe o que acontece em Washington, particularmente nos prédios onde autoridades circulam. O governante é informado pelos serviços de inteligência.

Conspirar contra o Congresso é crime político. Usar informações estratégicas para criar embaraços para a transição governamental é muito grave. Trump merece terminar os seus dias vestindo uniforme cor de laranja em

uma penitenciária federal.

Para o Brasil, o futuro não é auspicioso.

Bolsonaro segue as pegadas criminosas e o descompasso ético e estético de Trump: ou ele se relege, por estreita margem de votos e renovação empolgação empresarial, ou se declara vítima de fraude nas urnas eletrônicas.

Oroteiro está escrito. O presidente tem dito que foi roubada a sua vitória no primeiro turno de 2018. Sustenta (sem provas) que o eleitor apertava o 17 e o voto ia para o 13. O argumen-

to é simplório demais, mas Jair Bolsonaro já planta, sorrateiramente, os fundamentos do discurso sedicioso de 2022.

O presidente mobiliza a simpatia de milhões de agentes de segurança, na ativa ou fora dela, e de seus familiares.

Forças civis e militares (federais, estaduais e municipais), assim como o exército de bombeiros e vigilantes particulares, incumbidos de vigiar e manter a ordem em determinados espaços, um mercado em franca expansão, gostam (e muito) de Bolsonaro: sem vergonhas políticas, ele defende a impunidade dos abusos policiais, faz publicidade do autoritarismo, com a apologia do regime militar, do AI-5, da tortura, e facilita a circulação de armas.

O chamamento à desordem chega aos milicianos das cidades brasileiras e aos “homens de bem” que ameaçam o meio ambiente e os povos indíge-

nas, grilam terras, garimpam o solo e queimam florestas.

O presidente cultiva ainda o apoio das igrejas, distribuindo para bispos, pastores e fiéis benesses tributárias, visibilidade teológica e, claro, dinheiro público.

O motim político convulsiona o país. A legião bolsonarista, formada por milicianos e policiais, soldados e religiosos fanáticos, vigilantes e motoristas de caminhão, invade os salões do Congresso e do Supremo Tribunal Federal para contestar a derrota do presidente. É gente que sabe intimidar e atirar.

Os inimigos da democracia se espalham. Estão nas ruas, nas praias, nos condomínios, nas repartições. Parece distopia de seriado de TV. Resta saber como tudo termina, com Jair Bolsonaro no Planalto ou na Papuda.

lfcarvalho@uol.com.br

| DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Anvisa recebe pedidos de uso emergencial de vacinas

Pedidos foram feitos pelo Butantan e Fiocruz e valem para 8 milhões de doses

Natália Cancian

BRASÍLIA Em meio a corrida para iniciar a imunização contra a Covid-19, o Instituto Butantan e a Fiocruz enviaram nesta sexta-feira (8) à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) os primeiros pedidos para uso emergencial, no Brasil, de vacinas contra a doença.

A primeira solicitação foi feita ainda pela manhã pelo Butantan, instituto paulista que tem uma parceria com a empresa chinesa Sinovac para produzir a Coronavac.

Horas depois, no início da tarde, pedido semelhante foi registrado pela Fiocruz, instituição que representa, no Brasil, a vacina de Oxford —desenvolvida pela farmacêutica e AstraZeneca e Universidade de Oxford.

Agora, a Anvisa terá dez dias para analisar os dados e decidir sobre a liberação, que deve ocorrer para um grupo restrito da população.

Em nota, a agência diz que já iniciou a triagem dos documentos anexados nos dois pedidos. A ideia é verificar, até este sábado (9), se todas as informações exigidas foram enviadas. “Se houver informação importante faltando, a Anvisa pode pausar o prazo e solicitar as informações adicionais”, informa.

Atualmente, tanto a vacina da Fiocruz quanto a do Butantan são tidas como as principais apostas para iniciar a vacinação no Brasil.

A vacina de Oxford, no entanto, foi a primeira a ter um acordo fechado com o governo federal, enquanto a Coronavac esteve no centro de uma guerra política entre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o governador João Doria (PSDB) nos últimos meses.

Na quinta, o Ministério da Saúde firmou um acordo para obter 100 milhões de doses da vacina da Coronavac, que deve ser incluída no plano nacional de imunizações. O governo paulista, porém, ainda afirma que, mesmo com essa inclusão, mantém a previsão de iniciar uma campanha de imunização no estado com a vacina no dia 25 de janeiro.

Independentemente dos prazos, o uso emergencial das vacinas, caso concedido pela Anvisa, deve envolver um número menor de doses em relação ao previsto para ser produzido pelos dois laboratórios para os próximos meses.



Produção no Instituto Bio-Manguinhos, da Fiocruz, no Rio

Peter Illiciev/Enquadrar/Agência O Globo

No caso do Butantan, o pedido de uso emergencial vale para 6 milhões de doses vindas da China e que estão no instituto desde 2020.

Já o pedido feito pela Fiocruz vale para 2 milhões de doses que devem ser importadas do Serum Institute, na Índia, um dos centros de produção da vacina de Oxford.

Não há previsão para entrega dessas doses. A Fiocruz diz esperar que isso ocorra “nos próximos dias”. Nos bastidores, porém, representantes do Ministério da Saúde correm para tentar obter o material até a próxima semana. A tentativa de importação começou a ser negociada pela pasta ainda em dezembro. Inicialmente, Fiocruz previa entregar as primeiras doses a partir de 8 de fevereiro —no total, são 100 milhões de doses no primeiro semestre, e 110 milhões no segundo.

Alvo de críticas pela demora em iniciar a vacinação, o ministério pretende usar as doses importadas para iniciar a vacinação no dia 20 de janeiro.

O plano, porém, dependerá da análise que será feita pela Anvisa. Para tomar a decisão, a agência deve avaliar dados de eficácia e segurança obtidos em estudos clínicos, além da população-alvo da aplicação das doses, características do produto e plano de monitoramento da vacinação.

Questionados, representantes da Fiocruz negam que o pe-

dido do Butantan tenha interferido na decisão por fazer a solicitação à Anvisa também nesta sexta e lembram que a lista de documentos para a solicitação já era discutida.

Embora a Anvisa tenha citado o prazo de dez dias, tanto a Fiocruz quanto o Butantan apontam que a expectativa é que a análise dos dados do pedido de uso emergencial seja feita de forma acelerada.

Isso ocorre porque ambos os laboratórios enviaram dados prévios da vacina à agência nos últimos meses, por meio de um procedimento chamado de submissão contínua. A Fiocruz, porém, fez esse envio de forma antecipada ao Butantan para alguns dados, o que pode colocá-la em vantagem nesse processo. Em nota, a Fiocruz diz que a vacina de Oxford alcançou 73% de eficácia com apenas uma dose, “além de proteger contra o surgimento de sintomas graves e evitar, em 100%, os casos de hospitalização”.

Ainda de acordo com a Fiocruz, estudos apontam que, quando aplicada uma segunda dose com intervalo de três meses, a produção de anticorpos e da resposta imunológica aumenta cerca de oito vezes.

Já os dados divulgados pelo Butantan apontam que a vacina Coronavac teve eficácia de 78% nos estudos finais realizados no Brasil.

O percentual se aplica à prevenção de casos leves da do-

ença. Segundo o Butantan, casos moderados e mortes foram completamente evitados no estudo.

Bolsonaro pede à Índia urgência no envio de lote

Julio Wiziack e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro assinou uma carta ao primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, pedindo ajuda para antecipar a entrega de 2 milhões de vacinas.

O imunizante é produzido pelo Serum Institute, na Índia, mas foi desenvolvido pela Universidade de Oxford em parceria com a AstraZeneca. O lote de 2 milhões de vacinas é a principal aposta do governo federal para começar a vacinação em janeiro.

“Para possibilitar a imediata implementação do nosso Programa Nacional de Imunização, muito apreciaria poder contar com os bons ofícios de Vossa Excelência para antecipar o fornecimento ao Brasil, com a possível urgência e sem prejudicar o programa indiano de vacinação, de 2 milhões de doses do imunizante produzido pelo Serum Institute of India”, diz o documento enviado.

Saúde e Fiocruz veem brecha para esquema de dose única

BRASÍLIA Tida como principal aposta do governo para imunização contra a Covid, a vacina de Oxford deve ser aplicada, assim que receber aval da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), com intervalo de três meses entre as duas doses.

Representantes do Ministério da Saúde e da Fiocruz, no entanto, já veem possibilidade de avaliar o uso de dose única caso necessário nos próximos meses.

Segundo a Folha apurou, a medida é tida como possível alternativa para vacinar mais pessoas em menos tempo, a depender da quantidade de doses disponíveis e da evolução da epidemia da Covid-19.

Por enquanto, a previsão é usar o intervalo de três meses assim que a vacina for aprovada, o que já garantiria imunizar um número grande de pessoas até que haja oferta da dose seguinte. O prazo é semelhante ao adotado no Reino Unido.

Desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela farmacêutica AstraZeneca, a vacina terá doses produzidas no Brasil pela Fiocruz, que mantém um laboratório no Rio de Janeiro.

Pelos dados de estudos mais recentes, a vacina registrou, com uma dose, 73% de eficácia, “além de proteger contra o surgimento de sintomas graves e evitar, em 100%, os casos de hospitalização”.

Já quando aplicada uma segunda dose após três meses, a produção de anticorpos e resposta imunológica aumenta em cerca de oito vezes, diz a Fiocruz.

Os dados são de nota divulgada pela fundação nesta sexta (8), data em que a instituição enviou à Anvisa pedido de uso emergencial de 2 milhões de doses da vacina, as quais devem ser importadas da Índia.

A possibilidade de uso de apenas uma dose foi aventada pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em entrevista à imprensa na quinta (7), ao comentar os dados de eficácia do imunizante.

“A AstraZeneca é uma dose por pessoa, com cerca de 71% [73%] de eficácia para uma dose, para o controle da pandemia. A segunda dose vai a 100% em qualquer caso, podendo tomar de três a quatro meses depois, se for necessário para o controle da pandemia ainda”, disse.

No encontro, ele frisou a previsão da Fiocruz de ter 102,4 milhões de doses no primeiro semestre e 110 milhões no segundo. “Se ficarmos com uma dose, nosso país tem 210 milhões de habitantes. Façam o cálculo”,

disse, citando o que apontou como vantagens do imunizante frente a outras vacinas.

Pazuello, porém, não deixou claro se a medida já era avaliada e deixou o encontro sem responder perguntas da imprensa. Ao mencionar a previsão de custos da vacina, no entanto, ele apontou cálculos que envolveriam apenas uma dose.

Segundo membros da pasta ouvidos pela Folha, embora a previsão seja de aplicação de duas doses, outros cenários também devem ser analisados.

Questionada, a Fiocruz informou que a definição do regime de doses cabe ao Programa Nacional de Imunizações.

Para o vice-presidente de inovações da instituição, Marco Krieger, a possibilidade de debater o tema é natural.

“Com uma dose, já tem uma eficácia grande. Os dados clínicos mostram que aumenta em mais de sete vezes o título de anticorpos com uma segunda dose, que é o reforço. Mas todo mundo discute isso no mundo: se não vale apenas usar só uma dose. Por enquanto, na bula, no Reino Unido e no Brasil, estamos falando em uma dose e reforço após três meses. Mas é possível que essa situação evolua”, disse.

Para Krieger, no entanto, o intervalo de três meses, verificado nos estudos mais recentes, já traz vantagens ao permitir “vacinar mais rápido e muito mais gente” do que com outros intervalos.

Em nota divulgada logo após anunciar o pedido de uso emergencial da vacina, a Fiocruz informou ainda que “a vacina é capaz de induzir a produção de anticorpos em 98% das pessoas após a primeira dose e, em 99% delas após a segunda dose, o que demonstra a alta taxa de sorroconversão”.

Questionado oficialmente pela reportagem, o Ministério da Saúde informou que “analisar todos os cenários para garantir uma vacinação com qualidade, segurança e eficácia para população brasileira”.

“Os estudos disponíveis ainda não chegaram a uma conclusão definitiva se apenas uma dose é suficiente para manter a longo prazo o grau de imunidade. Por isso, a pasta permanece acompanhando de perto as análises que são construídas diariamente para avaliar as estratégias de imunização e o intervalo de aplicação”, informa.

Até que isso ocorra, a pasta diz ainda que irá seguir as orientações dos laboratórios produtores quanto a aplicação das doses das vacinas. NC